

M
ENTREVISTA/Beth Azize

O sonho de ver o Brasil passado a limpo

JEFFERSON RUDY

Assim como a sociedade brasileira aguarda pelo encerramento dos trabalhos da CPI que apura as irregularidades da Comissão de Orçamento da União, a deputada Beth Azize, do PDT/AM, uma das parlamentares mais atuantes da Câmara Federal, se mostra apreensiva: "O resultado é imprevisível; é muito difícil fazer uma cirurgia profunda em determinados cânceres que tomaram conta da instituição anos a fio". Ela é a única mulher que participa, mesmo informalmente, desta CPI, a convite pessoal do senador Jarbas Passarinho, presidente da Comissão, assessorando a Mesa nas questões jurídicas. "Sou uma estudiosa de Direito, advoguei muito tempo, fui juíza por dez anos, sou altamente preparada e a parlamentar que tem mais horas de CPI do que qualquer membro titular ou suplente", queixa-se ela, revoltando-se contra o que classifica de corporativismo masculino dentro do Congresso. "A mulher só aparece em CPI's da Criança, da Prostituição, e não se vê uma parlamentar numa CPI que vai apurar denúncias de corrupção e vai dar muita repercussão", disse ela à repórter *Genoveva Ruisdias*. Ela defende ainda a realização de uma CPI para apurar a atuação do Poder Judiciário, que precisa ser desmistificado. Segundo a deputada, as denúncias envolvendo nomes de futuros presidentiáveis também deverão mudar o quadro sucessório à Presidência da República nas próximas eleições. "Essas pessoas ou grupos têm a obrigação de esclarecer a situação antes do processo eleitoral para que possa fazer uma avaliação mais rigorosa dos candidatos. Se não correremos o risco de em 1994 aparecerem alguns salvadores da Pátria como única esperança do povo. Isso é ruim e espero que não se repita", diz ela, que, a partir dos resultados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quer ver o Brasil realmente passado a limpo



Beth Azize: "O Direito Penal considera a prova testemunhal a prostituta das provas"

"A mulher se retrai muito na vida pública, porque tem de matar um leão todo dia para ser reconhecida. Se não for 110% perfeita, ela é ridicularizada como profissional de segunda"

"Esta reforma agora da Constituição interessa só a estes grupos que lamentavelmente fazem parte desses esquemas. A sociedade não está interessada nisso. Ela só quer a moralização"

"O Judiciário também está precisando de uma faxina idêntica a do Legislativo e talvez até mais rigorosa. Tente entrar lá para ver. O Judiciário é um poder de intocáveis"

Por que não há nenhuma parlamentar como membro desta CPI que apura irregularidades do Orçamento da União?

Beth - O corporativismo em torno dos deputados é muito forte aqui dentro. Temos três deputadas com um espaço maior na mídia que são a Sandra Cavalcanti, ligada a um grupo muito forte, da direita, que tem maior vivência, viveu alguns períodos da história do País que nenhuma de nós viveu; a Benedita da Silva, por que é de origem negra e é favelada, o que já é uma forma de discriminação, mas graças a Deus ela é respeitada e tem um bom comportamento. A terceira é a deputada Rita Camata que é uma espécie de cabo eleitoral e garota propaganda do PMDB. Não estou tirando o mérito de nenhuma delas, mas traçando um perfil do porque elas têm esse espaço. E as outras? Será que as outras parlamentares não trabalham, não têm assiduidade, não têm boa atuação? Acho que existe uma certa injustiça em relação ao trabalho da mulher nessa Casa. Não só aqui como também fora. Passei a minha vida sendo chamada para vice ou suplente. Não aceito mais ser vice nem em concurso de beleza.

Uma pesquisa feita por uma psicóloga social da Enap sobre corrupção mostrou como um dos resultados que a mulher é menos corrupta que o homem. Qual é a sua opinião sobre isso?

Beth - Esta constatação não precisa nem ser científica; basta ler os noticiários dos jornais, ver as tevês, ouvir os rádios. Não se vê mulher em falcaturas envolvendo dinheiro público não só na velha República dos anos 30 como nessa, na República de agora. E entendo que isso tem a ver com a discriminação em relação à mulher. Ela se retrai muito na sua participação na vida pública, porque tem que matar um leão todo dia para ser reconhecida. Quando ela participa, tem que ir com muito cuidado, porque se não for 110 por cento perfeita, ela é questionada, ridicularizada como uma profissional de segunda categoria. A mulher tem ambições ligadas à sua questão orgânica, família, filhos. O homem, por sua própria natureza e por aspectos culturais, tem a competência específica e apropriada para

cuidar da questão patrimonial da família. A ética e a moral ficam para a mulher.

Outra constatação dessa pesquisa foi com relação às pessoas ligadas às associações filantrópicas. Elas seriam mais "flexíveis" à corrupção. O que o Legislativo pode fazer em relação a isso?

Beth - Em 1992, quando se preparava a Rio-92, fiz uma denúncia nessa casa relativa às organizações não-governamentais ligadas à questão do meio ambiente, à Amazônia. Existem mais de oito mil organizações registradas no meu estado, Amazonas, nenhuma organização não-governamental que tivesse aplicado algum centavo em qualquer projeto ambiental em defesa do homem nativo. Vai chegar o momento em que teremos de constituir uma CPI ou uma comissão especial para investigar o montante de recursos que essas entidades recebem e onde isso é aplicado. Essas entidades filantrópicas têm que estar sujeitas a um rigor de uma legislação específica. Ainda não senti uma disposição dessa Casa em votar uma lei nesse sentido. A lei orgânica da Ação Social, no seu todo, trata da questão, mas ela precisa ter uma regulamentação muito severa e uma lei específica, no meu entendimento.

Se o sistema parlamentarista tivesse sido implantado através do último plebiscito, as denúncias desse ex-diretor do Orçamento da União teriam eco dentro do Congresso Nacional?

Beth - Acho que não. Acho mais difícil apurar essas coisas no regime Parlamentarista, porque o Congresso Nacional fica com muito poder com esse tipo de regime. Ele passa a ser o próprio governo. No Presidencialismo fica mais fácil colocar isso a desnudo, não se tem um Congresso comprometido com o sistema de governo como tem o Parlamentarismo.

A senhora acredita que o ex-diretor do Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, tenha matado a própria mulher?

Beth - Ele tem todas as características de uma pessoa psicopata. É frio, calculista, astuto e me parece uma pessoa que não é de hoje que vem se envolvendo no submundo do crime. Se ele era um bom funci-

onário, isso não é a questão. Quem passa anos e anos metendo a mão no dinheiro do povo ou colaborando com isso, sabendo que milhares de crianças morrem neste país por não ter o que comer, quem faz isso, porque não mataria a sua mulher? Isso não é uma acusação direta, é uma análise que faço do comportamento dele.

Até que ponto a senhora considera válidos os testemunhos prestados junto à CPI?

Beth - No Direito Penal, a prova testemunhal é conhecida como a prostituta das provas, enquanto a prova documental é tida como a rainha. Se a testemunha prestar um depoimento que não tiver credibilidade, consistência, não puder ser comprovado com fatos e documentos, acaba se perdendo no tempo, no espaço e até na memória das pessoas. O que é fundamental para essa CPI é que toda a documentação que ela possa levantar seja rigorosamente analisada e assim chegaremos a responsabilizar os autores, os agentes desse processo de corrupção que envolve o dinheiro público.

A senhora já tinha ouvido falar nessas irregularidades da Comissão do Orçamento?

Beth - Sim. Eu cheguei aqui em 1987 para a Constituinte e até então, o Congresso não opinava sobre o Orçamento, que vinha pronto e acabado, não se podia mexer nele. Com a nova Constituição é que o Congresso começou novamente a opinar, apresentar sugestões e emendas. E aí começaram as conversas, as histórias de que existia um grupo de parlamentares que dominava a Comissão de Orçamento, que só apresentava emendas de valor muito alto e que essas emendas tinham endereço certo para determinadas empreiteiras. E também veio a história dos sete anos. Em 1992 apresentei uma denúncia para a Comissão de Orçamento, conforme determina o regimento interno, sobre a liberação de uma verba do Ministério da Ação Social, ainda na administração de Margarida Procopio.

Como foi essa denúncia?

Beth - Envolvia a liberação de uma verba de 15 milhões de dólares para uma empresa da Bahia executar um trabalho de saneamento e tratamento de água em 43 municí-

pios do Amazonas, por causa da questão da cólera, depois que a epidemia já tinha passado. O governo do Amazonas fez um contrato sem licitação com essa empresa - Clio, que foi criada só para pegar esse serviço. Essa Clio é a mesma Planurb, uma das envolvidas nesta questão das empreiteiras e é uma das 20 que estão sendo investigadas pela subcomissão de empreiteiras. O mais grave é que essa obra de tratamento de água não foi feita em nenhum dos municípios, a empresa é fantasma, não existe em Manaus. Fiz uma denúncia para que a Comissão de Orçamento encaminhasse os documentos que eu dispunha, na época, para o Tribunal de Contas da União.

E foram encaminhados?

Beth - Não. O presidente da comissão disse naquela ocasião que o assunto não era competência da comissão.

O presidente da Comissão era o deputado João Alves?

Beth - Não, era o Messias Góis, se não me engano.

E o governador do Amazonas, quem era?

Beth - Era não, é o governador Gilberto Mestrinho.

E o que aconteceu?

Beth - Fizemos uma denúncia direta à delegacia do Tribunal de Contas do Amazonas. Eles fizeram uma auditoria e constataram que a empresa não existia, foi criada apenas para isso, a dispensa de licitação foi legal e que as obras não foram executadas. Como é que se pega 15 milhões para beneficiar uma empreiteira fantasma e o governo do Amazonas comete um crime desses? Na semana passada denunciei isso da tribuna e disse que se sabia disso, que a comissão sabia que havia isso.

E como a senhora acha que deverá ficar a reforma constitucional?

Beth - Eu acho que não fica, e isso é bom, porque a reforma constitucional agora só interessa a esses grupos que lamentavelmente participam desses esquemas. A sociedade brasileira não está interessada na revisão constitucional. O que ela quer ver são as instituições desse País democraticamente sendo questionadas, investigadas e saneadas. A revisão constitucional não vai moralizar as instituições, não vai aumentar

emprego de ninguém, o salário de ninguém.

E a sucessão presidencial deverá mudar em função de denúncias como as que envolvem o nome do ex-presidente José Sarney?

Beth - Acho que a situação dele ficou um pouco complicada, como também ficou a de outros grupos políticos, de outros presidentiáveis. Esses grupos, essas lideranças, têm a obrigação junto à opinião pública de esclarecer a situação, antes do processo eleitoral, para que o povo tenha uma alternativa e uma oportunidade de avaliação mais rigorosa dos candidatos. Exatamente por falta disso é que deu o presidente Collor. O povo brasileiro tem que ter consciência política para avaliar bem esses fatos que envolvem esses grupos. Senão correremos o risco de em 1994 aparecer alguns salvadores da Pátria como única esperança do povo e isso é muito ruim, espero que não se repita.

E o Poder Judiciário, também está precisando ser investigado?

Beth - Tranquilamente, precisa de uma faxina idêntica ou talvez até mais rigorosa. Temos no Congresso a maior vitrine da Nação. Costuma-se dizer que aqui é a Casa do Noca, onde todo mundo entra, todo mundo sai, todo mundo pergunta, todo mundo responde. Agora, tente entrar no Poder Judiciário, para ver se consegue saber o nome do porteiro sem autorização do presidente do Tribunal. Os olhos da Nação estão todos voltados para cá. Não me venham dizer que isso é o resultado de um congresso inescrupuloso. Isso é resultado de todo um sistema de poder que precisa ser reformulado, questionado, modificado à medida que a população brasileira comece a perceber que ela pode mudar, se for rigorosa na hora de votar. O Poder Judiciário hoje é um poder de intocáveis, de divinos, onde nem a imprensa chega perto.

Sua opinião sobre o voto facultativo?

Beth - Sou favorável ao voto facultativo no momento em que o povo brasileiro tiver à sua disposição, principalmente através dos meios de comunicação, todas as informações que ele precisa para formar a sua consciência política. Aí eu serei a primeira a votar a favor do voto facultativo.